

Demografia e tecnologia desafiam o INSS

» JOSÉ PASTORE

Professor da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP. É membro da Academia Paulista de Letras

No Brasil, o INSS enfrenta dois grandes desafios: a demografia e a tecnologia. No campo demográfico, nunca a taxa de fecundidade esteve tão baixa. O número de crianças por mulher (1,6) é insuficiente para recompor a população. Isso provoca uma contração no número de pessoas que podem trabalhar. Na outra ponta, a proporção de idosos (65 anos e mais) cresceu 57% em apenas 12 anos. Isso faz contrair ainda mais a oferta de trabalhadores.

O resultado imediato é crise nas finanças da Previdência Social, porque as despesas com beneficiários de aposentadoria e pensões crescem muito mais depressa do que a receita dos contribuintes. O déficit anual ultrapassa R\$ 400 bilhões.

Há outros desequilíbrios. Dos 130 milhões de brasileiros em idade de trabalhar, cerca de 40 milhões estão fora da força de trabalho porque estudam, estão aposentados, doentes ou têm outros motivos. Quase 40 milhões trabalham de modo informal, sem nada recolher à Previdência Social. Mais de 10 milhões são microempreendedores individuais (MEIs), cuja contribuição ao INSS é muito baixa. E cerca de 8 milhões estão desempregados.

Tudo isso solapa as contas da Previdência Social. Se nada for modificado, a alíquota de contribuição ao INSS, que hoje está em torno de 32% dos salários, terá de subir aos estratosféricos 70%.

Muitos argumentam que a tecnologia é a solução para um mundo que contrai a oferta de trabalho. Só em parte. A substituição de seres humanos por máquinas, inclusive, a inteligência artificial (IA), não é trivial. Com frequência, surge um hiato entre as habilidades disponíveis e as exigidas pelas novas tecnologias. Isso porque a habilidade dos trabalhadores deslocados não atende às novas exigências.



Há também um hiato temporal. Quando os deslocados não se reempregam logo, os desempregados, assim como seus ex-empregadores, param de contribuir ao INSS, enquanto as máquinas que entraram em seu lugar (robôs e IA), nada recolhem para a Previdência Social.

As tecnologias têm ampliado as oportunidades para as pessoas trabalharem por conta própria, em grande parte sem vínculo

entre tomadores e prestadores de serviços e até mesmo com governo e consumidores. Nós que pedimos uma refeição em casa não deveríamos ter uma parte da responsabilidade da proteção previdenciária de quem a coloca em nossas mãos?

Não há dúvida. O mundo mudou. O Brasil precisa inovar muito nas leis trabalhistas e previdenciárias.

previdenciário. O mundo inteiro procura formas de proteger essas pessoas e arrecadar contribuições previdenciárias. Poucos são os casos de sucesso. Mas há iniciativas animadoras. Na Alemanha, por exemplo, há cerca de 300 profissões nas quais ocorre muito trabalho de freelancers. Elas são amparadas por sistemas de proteção previdenciária. Como funciona?

Por exemplo, o ator que vai trabalhar em um teatro por um ano, o seu contrato só pode ser firmado se ele tiver vínculo com algum sistema previdenciário — público ou privado. Durante o contrato, uma alíquota de 20%, por exemplo, é compartilhada: o ator paga 10%, o teatro, 5% e o governo, 5%. Isso garante o nível de benefício escolhido pelo ator em um sistema de capitalização.

Terminado o contrato, se o ator quiser manter o nível de benefício, ele terá de pagar os 20% durante o período em que ficar sem trabalhar. Mas ele pode pagar menos ou até não pagar nada e manter o vínculo previdenciário, sabendo que isso implicará redução do seu benefício futuro. No próximo contrato, ele pode pagar para compensar as perdas e restaurar o benefício.

No Brasil, o sistema de capitalização foi rejeitado na reforma previdenciária de 2019. Vale a pena repensar. Muitas atividades poderiam ser protegidas com contribuições compartilhadas

A COP e os desafios do mundo real

» FERNANDO LUIZ ZANCAN

Presidente da Associação Brasileira do Carbono Sustentável (ABCS)

Há 29 anos, entre novembro e dezembro, vemos o mundo se mobilizar para chegar a algum resultado nas Conferências das Partes sobre o Clima (COP) da ONU. Neste ano, teremos a 29ª COP, no Azerbaijão, e, em 2025, a 30ª edição será no Brasil, na cidade de Belém. Já tivemos marcos importantes, que ficam na memória, como Kyoto (1997), Copenhague (2009) e Paris (2015). Todas as COPs produziram protocolos e acordos importantes para enfrentar as mudanças climáticas no mundo. Entretanto, depois de tantos anos, reuniões e negociações intermináveis, vemos que, de fato, poucos avanços ocorreram. Continuamos aumentando as emissões de gases de efeito estufa, e as promessas não são cumpridas, principalmente por aqueles que mais “defendem” o clima: os países desenvolvidos, em especial os europeus, responsáveis por dois terços dos gases de efeito estufa emitidos na atmosfera.

Antes de mais nada, é preciso entender que se trata de um processo comercial, em que os interesses do bem-estar dos países estão em jogo. Ninguém quer pagar a conta do custo da mitigação dos gases de efeito estufa e da adaptação. Bill Gates, na COP28, afirmou corretamente que não existem interesses das pessoas dos países ricos em pagar a conta para um problema distante. O olhar é apenas para as necessidades prementes. Por isso, segundo Gates, é necessário inovar na tecnologia.

Também precisamos inovar nos mecanismos

financeiros que podem ajudar nessa equação. Há alguns anos, ficou definido que as responsabilidades para tratar o problema são comuns, mas diferenciadas, e que haverá equidade de tratamento nas negociações. No Protocolo de Kyoto, foi criado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, em que o Brasil teve papel fundamental. Os países ricos compravam créditos dos países em desenvolvimento para realizar projetos de redução das emissões. O Brasil gerou bilhões em créditos em projetos feitos pela iniciativa privada. Infelizmente, depois da negociação dos últimos anos, esses processos foram totalmente depreciados, principalmente pelos países ricos (OCDE), que acabaram comprando os créditos por preço de banana.

Nas negociações em 2009, havia a promessa de ir aumentando o chamado financiamento climático. Os recursos dos países ricos seriam destinados aos países em desenvolvimento até esse repasse alcançar, em 2020, US\$ 100 bilhões por ano. Em 29 de maio deste ano, a OCDE afirmou que isso foi alcançado, chegando a US\$ 115,9 bilhões em 2022, incluindo fundos públicos e privados. Entretanto, não foi bem assim. Reportagem especial da Agência Reuters, em 22 de maio deste ano, afirma que “o programa que deveria ajudar as nações em desenvolvimento a combater as mudanças climáticas está, na verdade, canalizando bilhões de dólares de volta aos países ricos”. Isso ocorre por conta dos juros dos empréstimos e serviços praticados por representantes, empresas ou bancos dos países desenvolvidos.

Em 13 de junho último, em Bonn, na Alemanha, durante uma plenária perante a Convenção do Clima da ONU e em nome do grupo BASIC (Brasil, China, Índia e África do Sul), o documento final apresentado pelos brasileiros reportou que somente US\$ 6,8 bilhões foram desembolsados anualmente pelos países desenvolvidos. O mesmo documento também denuncia que os países ricos tentam diluir suas obrigações legais de financiamento climático, procurando sempre aumentar a base de contribuição. Em Bonn, nada foi definido: nem a quantidade de dinheiro nem como é pago ou aplicado.

Continua-se insistindo em ser contra os combustíveis fósseis, mas nada se fala sobre o essencial, que é a redução das emissões desses combustíveis. O mundo real é que temos, até 2050, a presença dos fósseis na matriz mundial. Até lá, precisamos desenvolver mecanismos financeiros para implementar as tecnologias de mitigação. Entre todos esses processos, o principal é a captura, armazenamento e uso do carbono (CCUS). Será necessário um Projeto Apollo para reduzir o CO2 que não deve ser emitido e retirar o CO2 da atmosfera. Isso vem de uma discussão séria, pragmática, de todos os países, sem ideologias ou demagogias. Temos certeza de que o Brasil, com sua equipe de negociadores, repetirá a liderança que teve em Kyoto e em Paris, trazendo à mesa uma proposta inovadora para o financiamento climático.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Ele vive, Ele reina

Uma das questões prostradas diante de todos nós nesses tumultuados tempos atuais nos conduz a buscar razões que nos leve a entender o porquê tem reacendido em todo o mundo, inclusive no Brasil, a velha e odiosa perseguição aos cristãos. Que fatores teriam levado ao retorno dessa verdadeira cristofobia em pleno século 21? Estaríamos voltando no tempo, até ao Império Romano do século 27 a.C, quando muitos cézares fizeram dos cristãos inimigos públicos declarados?

De certa forma, elencando as possíveis razões para esse renascimento xenófobo aos cristãos, verificamos que, tanto no Império Romano quanto na atualidade, os cristãos são, novamente, tomados como uma espécie de “bode expiatório” conveniente, justamente pela universalidade de uma doutrina que foi capaz, como nenhuma outra, de unir a ética humana à espiritualidade e à luz divina, libertando os homens de uma caverna em que se encontram acorrentados à sombra da ignorância e do medo.

Tomando a doutrina em seu estado puro e sem as limitações e os tabus impostos pelas religiões que se seguiram após a crucificação de Jesus Cristo, observamos que, passados os 20 séculos daqueles episódios, o discurso do profeta não foi corroído pelo tempo e se encontra tão vivo quanto sempre foi.

Se esse discurso incomodava em eras passadas, a ponto de levar milhões de seus seguidores à morte, incomoda muito mais hoje em dia, quando se verifica que boa parte da humanidade atual continua imersa em um processo involutivo, entorpecida por um materialismo, indo em marcha à ré rumo à autodestruição da espécie e do planeta.

Entre 2021 e 2022, 5.621 cristãos foram mortos em todo o mundo, 4.542 foram presos e 5.259, sequestrados, segundo *Relatório da World Watch List*. Hoje, em cada sete cristãos sofre perseguição e discriminação. Trata-se de um morticínio que é ignorado pela grande mídia. Praticamente uma igreja é vilipendiada, queimada ou profanada por dia em diversas partes do mundo.

Nas últimas três décadas, tem aumentado sensivelmente a violência contra cristãos. Razões e motivos dessas perseguições podem estar na intolerância religiosa, que cresce a cada dia; e nos conflitos políticos e sociais, com a busca implacável aos membros da igreja, como ocorre abertamente na Nicarágua e em Cuba. Também fatores como o fanatismo e o radicalismo contribuem para a perseguição aos cristãos.

Na realidade, aqueles que buscam destruir os cristãos querem, antes de mais nada, destruir Deus e a sua obra. No Brasil e nos países em que a esquerda governa, os cristãos são equiparados a grupos conservadores, e, portanto, tachados de direitistas, pois se mostram contra práticas como o aborto, a legalização de drogas, a sexualização de crianças e adolescentes, a corrupção, a destruição das famílias, o materialismo e tudo o que distancia os homens da ética humana.

Desde sempre, o cristianismo foi visto como uma ameaça ao status quo e a toda a ideia que visa alienar os homens, transformando-os em marionetes nas mãos de poderosos. Não por outro motivo, os tiranos em toda a parte e em todo o lugar ao longo da história humana buscaram calar os cristãos, pois sempre os viram como elementos subversivos e revolucionários, capazes de se oporem corajosamente às opressões políticas e sociais do momento. É como diz em *Coríntios 1:27-29*: “Deus escolheu as coisas loucas para confundir os sábios, e Deus escolheu as coisas fracas do mundo para confundir os fortes”.

Nesse ponto, uma reflexão se faz necessária: seguindo o que acreditava Tertuliano (160-220 d.C), o sangue dos mártires é a semente dos cristãos — ou seja, quanto mais perseguem a igreja e os cristãos, mais eles crescem por toda a parte. “O martírio é o supremo testemunho dado em favor da verdade da fé, designa um testemunho que vai até a morte. O mártir dá testemunho de Cristo, morto e ressuscitado, ao qual está unido pela caridade. Dá testemunho da verdade da fé e da doutrina cristã. Suporta a morte com um ato de fortaleza. “Deixai-me ser pasto das feras, pelas quais poderei chegar à posse de Deus” (Santo Inácio de Antioquia, *Epístola ad Romanos*, 4, 1: SC 10bis).

» A frase que foi pronunciada:

“Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi e vos designei para irdes e produzirdes fruto e para que vosso fruto permaneça...” (Jo 15 16).

Jesus Cristo

Bronze

» Foi a pesquisa Cirium, consultoria internacional, que deu ao Aeroporto de Brasília o título de terceiro aeroporto mais pontual do mundo. Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e Osaka, no Japão, ocuparam, respectivamente, o primeiro e o segundo lugares.

»História de Brasília

Demonstrando visível má-fé para com Brasília e má vontade para com o trabalho dos técnicos, o sr. Maurício Jopert, apesar dos desmentidos, foi à tribuna da Câmara falar sobre o cadáver no reservatório d'água de Brasília. (Publicada em 15/4/1962)